CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PROCESSO CEE N° 1287/76

INTERESSADO: ÁLVARO ANDERSON

ASSUNTO : Regularização de vida escolar

RELATOR : Conselheiro ALFREDO GOMES

PARECER CEE N° 85/77 - CEEG - Aprov. em 16/02/77

I - RELATÓRIO

1. HISTÓRICO

1. Em ofício de 28 de junho de 1976, a Senhora Delegada de Ensino de Araçatuba dirigiu-se ao Senhor Diretor da IX Divisão Regional de Educação, com sede na mesma cidade, informando que a Escola de 2º Grau Iteana de Araçatuba teve suas atividades encerradas, deixando em suspenso a situação de um aluno (possivelmente existirão outros) que, em 1973, concluiu a 3ª série do Curso Técnico em Estradas e Edificações, que após realizar, "estágios em empresas para receber o diploma de Técnico" não pôde lograr o título por lhe haver sido exigido" cursar 30 horas-aula de cada uma das seguintes disciplinas:

. Organização do Trabalho . Higiene e Segurança do Trabalho . Elementos de Custo Industrial . Elementos de Legislação Aplicada" (fl.3) Esclareceu, ainda, que:

"A Escola propôs o seguinte esquema para complementação dos estudos do aluno Álvaro Anderson:

1ª etapa: Trabalhos orientados pelo professor abrangendo os conteúdos das citadas disciplinas.

2ª etapa: Avaliação dos conteúdos citados."

(fl.3).

Em conseqüência formulou a seguinte consulta:

"1- Pode a Escola complementar a carga horária das disciplinas supra citadas através da realização de trabalhos?

2- Tendo sido encerradas as atividades da Escola pela Portaria CEI de 15, publicada a 16/06/76, tem a Escola condições de proceder às complementações propostas?" (fl.4).

Instruindo a consulta, encontra-se documento (Circular nº 05/74) assinado pelos Senhores Diretor e Coordenador do Colégio Industrial de Araçatuba, mantido pela Instituição Toledo de Ensino, ao que se presume sucessor ou estabelecimento de

ensino paralelo, pois o qualificativo "iteana" deve corresponder a "I" (de Instituição), "T" (de Toledo) e "E" (de Ensino) com o elemento sufixal final ("ana"), tornando os alunos cientes da complementação do "Curso Técnico de Estradas e Edificações" com as disciplinas referidas em 30 horas/aula, cada uma, e, mais apresentação de "um Relatório comprovando o Estágio Regimental", exigindo-se dos interessados "Ficha de Inscrição e Requerimento, bem como o pagamento da "quantia de Cr\$ 300,00"- "à vista, ou em duas parcelas iguais" (fl. 4).

Em diligência determinada pela Delegacia de Ensino, o Supervisor Pedagógico ouviu o Diretor do Colégio Industrial supra mencionado que confirmou a expedição da Circular a todos os "alunos concluintes de 1973 do Curso Técnico de Estradas e Edificações, por determinação da Instituição e por não ter constado do Currículo do Curso a parte legislativa" (fls. 6), sendo que a "maioria atendeu ao chamamento" e quanto ao caso específico de Álvaro Anderson, "com AUTORIZAÇÃO da Delegacia" seriam exigidos "trabalhos específicos", conforme expediente já posto em prática "quando o Colégio se subordinava à Inspeção do Ensino Profissional de Lins, com posterior transcrição das notas no Histórico Escolar do aluno, e observação do cumprimento do Estágio obrigatório".

E, por último, segundo Supervisor Pedagógico em seu Relatório de 31 de março de 1976, o Colégio propunha-se "a regularizar a situação do aluno Álvaro Anderson e dos demais na mesma situação, da forma aqui proposta, e com pagamento de taxa não superior à estipulada na Circular, 05/74, devendo os mesmos

se dirigir à Direção do Colégio para as informações quanto a datas e orientação, se assim achar a Delegacia" (sic. fl. 6).

Mas, na documentarção anexa alusiva à complementação de estudos do aluno Álvaro Anderson contendo plano e avaliação de trabalhos e disciplinas, exige-se, além da discriminação da carga horária a ser cumprida, pagamento de taxa de Cr\$500,00" pa- ra a correção das avaliações e orientação para os trabalhos" (fl. 9).

Em novo pronunciamento o Supervisor Pedagógico da Delegacia de Araçatuba sumaria os dados, salientando:

"que (os alunos) ao completarem a carga horária e os Estágios obrigatórios, é feita observação no Histórico Escolar de que o aluno completou a 4ª série, adquirindo a partir daí direitos assegurados por Lei;

que o esquema organizado para completar a carga horária atende os requisitos mínimos exigidos, e já praticados em situações anteriores;

que é do interesse dos alunos que a situação seja resolvida o mais breve possível;

que, cumprindo as formalidades que se faziam exigir, seja expedido ofício à direção do Colégio autorizando a complementação do Curso a todos os alunos que ainda não o fizeram e nos termos do esquema proposto pela Escola e anexado ao expediente" (fl. 10).

A Escola, contudo, não efetivou o esquema proposto, acabando por encerrar suas atividades e, na região subordinada à IX D.R.E. estabelecimento algum possibilitava a habilitação "ESTRADAS" para os estágios e complementação de estudos, do modo que a Senhora Delegada de Ensino "para evitar prejuízos ao interessado" (aluno Álvaro Anderson) consultou o Diretor da Escola (Colégio Industrial), sugerindo este professores contratados pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras local, ao que se crê, dispostos aos trabalhos e avaliações no período -1° de outubro a 30 de novembro de 1976 (fls. 16 in fine e 17), solução acolhida pelo Senhor Diretor Regional, sugerindo "manifestação do Conselho Estadual de Educação" (fls. 20-21).

Este, o histórico. Passe-se à apreciação.

2. O aluno Álvaro Anderson terminou a 3ª série do Curso "Estradas", em 1973 na Escola de 2º Grau Iteana de Araçatuba que encerrou suas atividades, conforme a Portaria CEI de 15, publicada a 16-6-76 (fls. 9, 14-15, 24), também denominado Curso-Técnico em Estradas e Edificações (fls. 3, 5, 6), constando do documento pertinente a responsabilidade do citado Curso Técnico de Estradas por parte do Colégio Industrial de Araçatuba, "devendo completar seus estágios e as disciplinas de adaptação" (fls. 14-15).

O Colégio Industrial é mantido pela Instituição Toledo de Ensino, a mesma entidade que se responsabilizava pela Escola de 2º Grau Iteana, denominação resultante da sigla ITE. Este Colégio Industrial aparece, como paralelo à Escola Iteana ou possível sucessor, uma vez que se confundem responsáveis por ambos, inclusive nas manifestações e soluções propostas, assim como nos documentos escolares (fls. 5, 8, 9, 14, 15) Ao que tudo indica o Colégio Industrial de Araçatuba continua com o Curso Técnico de Estradas, Edificações e Agrimensura (fls. 8, 14 e 15), o primeiro dos quais foi seguido, como habilitação, pelo interessado (Álvaro Anderson) até a 3ª série, deixando incompletos estágios e disciplinas de adaptação (fls. 15).

Se além das disciplinas específicas do Curso de Estradas deveriam ser ministradas mais Organização do Trabalho, Higie-

no. Industrial e Segurança do Trabalho, Elementos de Custo Industrial e Elementos de Legislação Aplicável, de acordo com o parágrafo único do artigo 16 da Resolução n° 7/63, estas eram obrigatórias em todos os cursos técnicos colegiais industriais (Resol. 16, caput.), não se explicando a solução por meio de trabalhos e avaliações a cargo de professores especialmente contratados, integrantes de uma Faculdade de Filosofia, quando existe, ainda, um colégio industrial mantido pela mesmíssima Instituição Toledo de Ensino, e por sinal, sendo um dos citados professores (Prof. Oswaldo Costa), Diretor do próprio Colégio Industrial. É colocar o aluno (e outros, se houver) em situação menos satisfatória. O caso não é caracteristicamente de aproveitamento de estudos ulteriores, mas de complementação do que faltou por desídia, descuido ou erro da própria escola e não do aluno. E isto sem maiores despesas para o interessado.

Admitida, entretanto, a inexistência da Escola de 2° Grau e do Colégio Industrial de Araçatuba por haverem (ou haver uma e/ou outra) encerrado as atividades em face da Portaria CEI, de 15, publicada no D.O. de 16/06/76, então caberá à IX Divisão Regional de Educação- Araçatuba, por intermédio da Delegacia de Ensino, resolver a questão, autorizar a realização de exames especiais, em estabelecimento oficial, das disciplinas em apreço, assim como acompanhar o estágio exigido, ao final do que poderá ser expedido o diploma pela escola em que o aluno (ou alunos) completar os ditos exames e por ela tiver sido supervisionado o estágio, cabendo à mesma IX D.R.E. tomar as devidas providências. Inexplicável, contudo, o fato de um aluno cursar 3 séries de uma habilitação sem o atendimento curricular na forma prescrita pela Resolução aplicável em caráter obrigatório (a de n° 7/63), tudo ignorado pela direção do estabelecimento e autoridades escolares. Aliás, esta questão merece ser esclarecida para o fim de apurar responsabilidade.

Quanto às respostas solicitadas na consulta feita pela Senhora Delegada de Ensino, crê o Relator que a Escola pode completar a carga horária das disciplinas exigidas e descuradas, mas os exames deverão ser feitos sob condições excepcionais, isto é, exames especiais em

estabelecimento de ensino oficial. Considerada a suspensão das atividades da Escola, transfere-se a solução para a IX Divisão Regional de Educação- Araçatuba que indicará estabelecimento oficial à complementação necessária, supervisionará o estágio e mandara efetuar os exames especiais.

II - CONCLUSÃO

A situação de Álvaro Anderson deverá ser resolvida pela Secretaria da Educação.

CESG, em 03 de fevereiro de 1.977

a) Conselheiro ALFREDO GOMES- Relator

III - DECISÃO DA CÂMARA

A CÂMARA DO ENSINO DO SEGUNDO GRAU adota como seu parecer o Voto do Relator.

Presentes os Nobres Conselheiros: ALFREDO GOMES, ARNALDO LAURINDO, HILÁRIO TORLONI, JOSÉ AUGUSTO DIAS, LIONEL CORBEIL, OSWALDO FRÓES E MARIA APARECIDA TAMASO GARCIA.

Sala da Câmara do Segundo Grau, em 09 de fevereiro de 1.977

a) Conselheiro- HILÁRIO TORLONI- Presidente

IV - DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

O CEE aprova, por unanimidade, a decisão da Câmara do Ensino do Segundo Grau, nos termos do Voto do Relator.

Sala "Carlos Pasquale", em 16/02/77

a) Cons° LUIZ FERREIRA MARTINS Presidente